

## **Direito eleitoral acesso a democracia**

### **Autor(res)**

Gleiciane Junia Goncalves Assunção  
Carine Silva Diniz  
Habib Ribeiro David  
Steicy Alves Santana  
Eduardo Augusto Gonçalves Dahas

### **Categoria do Trabalho**

Trabalho Acadêmico

### **Instituição**

FACULDADE ANHANGUERA DE RIBEIRÃO DAS NEVES

### **Introdução**

Como sabemos Está baseado em alguns princípios da nossa constituição , e um deles é que o poder se emana do povo. no quesito jurídico deixa claro ao eleitores sobre as prestações de contas e a respeito dos atos ilegais das pré-campanha deixou limites a serem estabelecidos e cumpridos para cada candidato respeitado os parâmetros das normas das eleições nas campanha politicas tendo em vista uma grande preocupação para conter os crimes eleitorais as fake news nas eleições, Muitas vezes, são criados conteúdos apelativos, como manchetes sensacionalistas, imagens manipuladas ou vídeos descontextualizados, que rapidamente viralizam entre usuários. E também fazem parte desses crimes as compra de votos, fraude na votação e abuso de poder econômico que precisa, ser punidos para que haja uma real certeza que o direito e dever esta sendo cumprido

### **Objetivo**

O objetivo é regularizar, regulamentar , de maneira clara honesta e transparente o direito que todos os cidadãos tem buscado na ambito da democracia um liderança que cuida protege e defende o povo a qual lhe elegeu para administrar o governo na qual todos fazemos parte.

### **Material e Métodos**

material adotado como base foi o

3º simposio eleitoral da faculdade anhaguera de ribeirao das neves com temas abordados :

- \*Aspecto ilegal da propaganda eleitoral - Dr. Silveiro de oliveira candido
- \*deep fakes e seus desafios nas eleições de 2024 - Dr. Gianno lopes Nepomuceno
- \*Prestação de contas - Dra. Norma Gonçalves
- \* site do planalto com texto na integral sobre codigo eleitoral
- \*site do jusbrasil e TSE

### **Resultados e Discussão**

pesquisa revelou um aumento significativo nas decisões do TSE relacionadas ao abuso de poder econômico, uso indevido de meios de comunicação e disseminação de desinformação. As sanções, incluindo a cassação de mandatos e aplicação de multas, indicam um esforço crescente para proteger a integridade do pleito eleitoral. Em vigor há 58 anos, o Código Eleitoral (Lei nº 4.737/1965) foi instituído em 15 de julho de 1965. Nele, foram introduzidas mudanças significativas, que modernizam as eleições do país: o voto obrigatório para homens e mulheres.

### **Conclusão**

concluimos que a maneira mais eficaz de lutarmos pela democracia é não nos submetemos a vendas de votos, denunciar fraudes e fakes news buscarmos conhecer e exercer nosso direito eleitoral somos todos responsáveis por quem colocamos na administração do nosso país o melhor lugar para estar é sempre do lado da verdade.

### **Referências**

professor: Eduardo Augusto Gonçalves Dahas, Steicy Alves Santana, Carine Silva Diniz, Habib Ribeiro David